

“SOMOS MAIS QUE MEIA-DÚZIA!” A LUTA POR MORADIA E DIGNIDADE DOS SOBREVIVENTES DA TRAGÉDIA DE JANEIRO DE 2011, EM TERESÓPOLIS, REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO

"We are more than half a dozen!" The struggle for housing and dignity of survivors of the January 2011 tragedy in Teresópolis, Serrana region of Rio de Janeiro

Ronaldo Sávio Paes Alves¹, Jeane Barbosa de Souza², Jeneffer Cristina Oliveira Vieira², Natalia Pimentel de Queiroz²

¹Docente do Curso em Graduação em Pedagogia do Unifeso – Teresópolis – RJ – BR, ²Discente do Curso em Graduação em Pedagogia do Unifeso – Teresópolis – RJ – BR

Resumo

A tragédia que se abateu sobre a Região Serrana do Rio de Janeiro no mês de janeiro de 2011 deixou marcas profundas em seus moradores, diretamente atingidos ou não. Para além de obscuros e imprecisos dados relativos às vítimas fatais, os desdobramentos de tal evento perpetuaram a tragédia pessoal de seus sobreviventes, particularmente na cidade de Teresópolis: promessas não cumpridas, aluguel social atrasado ou não pago, apartamentos construídos e não entregues, e o humilhante descaso das autoridades de todas as esferas. Sentindo-se abandonados, até mesmo pela própria associação surgida de imediato ao evento, um significativo grupo de vítimas sobreviventes resolveu se organizar espontaneamente e reivindicar seu direito à moradia. Este grupo vem sendo acompanhado por membros da sociedade civil teresopolitana, e tem realizado protestos e atos públicos, em repúdio à situação vivida e em busca da conquista das prometidas casas. Este trabalho faz um relato da atual situação destas ainda vítimas, e sua luta por dignidade, que se traduz na entrega dos apartamentos, ou minimamente na regularidade do benefício Aluguel Social.

Palavras-Chave: Tragédia; Cidadania; Organização Popular.

Abstract

The tragedy that hit the Serrana Region of Rio de Janeiro in January 2011 left deep marks on its residents, directly affected or not. In addition to obscure and inaccurate data on fatalities, the events of this event perpetuated the personal tragedy of their survivors, particularly in the city of Teresópolis: unfulfilled promises, late or unpaid social rent, apartments built and undelivered, and the humiliating disregard of the authorities of all spheres. Feeling abandoned, even by the very association that came immediately to the event, a significant group of surviving victims decided to organize spontaneously and claim their right to housing. This group has been accompanied by members of the civil society and has carried out protests and public acts, in repudiation of the situation experienced, and in search of the conquest of the promised houses. This work gives an account of the current situation of these still victims, and their struggle for dignity, which translates into the delivery of the apartments, or minimally in the regularity of the Social Rent benefit.

Keywords: Tragedy; Citizenship; Popular Organization.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados do Projeto de Extensão (PIEx) intitulado “Resgatando memória com arte! Dando voz às vítimas sobreviventes da tragédia de janeiro de

2011. Um esforço de sensibilização e cidadania”, desenvolvido junto ao Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do Centro de Ciências Humanas de Sociais (CCHS), coordenado pela Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) do Centro Universitário Serra dos Órgãos – Unifeso, em Teresópolis/RJ. O Projeto

em questão pretendeu contribuir com a necessária visibilidade das demandas sociais e estruturais das vítimas sobreviventes da tragédia em questão.

A tragédia que se abateu sobre a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, no início do ano de 2011, ainda deixa marcas profundas no município de Teresópolis. A cidade foi vitimada por duas catástrofes diferentes em áreas distintas, numa mesma noite. Escorregamentos nos bairros Caleme, Campo Grande, Posse, Granja Florestal, Arrieiro, Santa Rita, entre outros; e transbordamento de rios nos bairros de Bonsucesso e Vieira, na região rural da cidade.

Segundo relatório da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro),

Alta densidade demográfica, relevo montanhoso e ocupação irregular de encostas e margens de rios e córregos, tanto em bairros populares quanto em áreas nobres, transformou riachos bucólicos em caudalosos rios de águas grossas e destruidoras, e as encostas esverdeadas em cachoeiras de terra, fazendo desaparecer bairros e vilarejos da região serrana (CDDHC, 2014; p. 4).

Para além do traumático, grande e até mesmo obscuro número de vítimas fatais, os prejuízos materiais ainda são incalculáveis. A solidariedade tomou conta do país, materializando-se em forma de donativos das mais variadas espécies. E foi esta mesma mobilização solidária que deixou a sociedade alerta para as ações das autoridades locais, com relação à reconstrução da cidade e a normalização estrutural da vida dos sobreviventes. Na sequência do atendimento às vítimas que precisaram deixar suas residências, ou que as perderam, as autoridades municipais realizaram o cadastro das famílias para a concessão do benefício “Aluguel Social”.

Segundo a Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH/RJ,

O Aluguel Social é um benefício assistencial de caráter temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, calamidade pública ou em razão de Obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), por meio da Superintendência de Políticas Emergenciais (SU-PEM) (SEASDH, s.d.)

Já há quase sete anos da tragédia, os projetos habitacionais que deveriam priorizar estas famílias ainda não se concretizaram à contento em Teresópolis. Foram entregues apenas 1.600 imóveis para um total de cerca de 2.700 famílias vitimadas. Assim, as famílias não contempladas, por diversos motivos, com a entrega dos imóveis ainda dependem do Aluguel Social. Soma-se a isto, o fato de que o repasse das verbas do benefício tem atrasado, e até mesmo nem sido liberado. Desta forma, as famílias vitimadas pelas chuvas de 2011 têm seus problemas agravados pelas crises na economia e nas gestões de todas as esferas de poder.

Como se não bastassem os sofrimentos e a falta de perspectivas, a ausência de ações preventivas são agora denunciadas por diversos organismos, inclusive oficiais. Consta do Relatório Região Serrana, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da ALERJ, levantamento feito pela Diretoria de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ) as ocupações de risco existentes na região, apenas dois anos depois da tragédia.

Em setembro de 2013, a DRM-RJ (Departamento de Recursos Minerais) divulgou um levantamento sobre o número de pessoas que vivem em encostas de alto risco nos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Das 207.547 pessoas, 10% vivem em Teresópolis - 19.200. Em Nova Friburgo são 22.400, e em Petrópolis, são 18.000 em locais com grande risco de deslizamento. Esse estudo foi realizado com recursos do FECAM (Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano) e encaminhados às prefeituras para que anexassem aos seus respectivos planos diretores, de acordo com a lei estadual 6442/13 (CDDHC, 2014; p. 6).

Na esteira dos acontecimentos, em 10 de março de 2011, foi fundada a “Associação das Vítimas da Tragédia de 2011” – AVIT. Esta entidade representa juridicamente os interesses dos atingidos, e coordena as iniciativas em defesa dos mesmos. No entanto, percebe-se a existência de um significativo grupo que não se sente representado por tal associação. Segundo relatos colhidos, é consenso neste grupo específico, que a AVIT, ao longo dos anos se instrumentalizou “tendo passado para o lado dos poderosos”, segundo depoimento da Sra. A, moradora do Bairro Caleme, uma das vítimas entrevistadas¹.

O PROJETO DE EXTENSÃO

A proposta do projeto “Resgatando memória com arte! Dando voz às vítimas sobreviventes da tragédia de janeiro de 2011. Um esforço de sensibilização e cidadania”, foi atuar junto às famílias vitimadas pelos eventos. Após conhecer de perto sua realidade ante às dificuldades diárias no que tange a este aspecto em particular – moradia própria versus Aluguel Social, buscamos colaborar, no processo de sensibilização da sociedade civil, diante de tal estado de coisas. As ações usaram a arte como elemento de resgate da memória e denúncia.

Segundo Michael Pollak,

A memória é constituída por acontecimentos, pessoas, personagens e lugares. Os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente, ou vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. As pessoas ou os personagens podem ou não ter participado do acontecimento naquele espaço-tempo, mas contribuem para o forjar da memória. Já os lugares são aqueles particularmente ligados a uma lembrança que favorece um sentido de pertencimento (1989, Apud SAUTHIER, SANTOS, DORIA, 2009).

A produção artística livre, realizada pelos próprios “atores” do evento, vem em locais específicos da cidade, registrando e denunciando a não solução da problemática vivida desde 2011.

As informações acerca dos investimentos por parte dos órgãos públicos se deu no âmbito do que a Controladoria Geral da União (CGU) chama de Controle Social. Por Controle Social, entendemos como sendo a participação direta da sociedade na gestão, planejamento e fiscalização da aplicação das verbas públicas. Enquadra-se, também, no esforço da Secretaria da Receita Federal em disseminar a Educação Fiscal mais amplamente possível. Conforme consta em seu site,

A Educação Fiscal é um processo que visa a construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania. O objetivo é propiciar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado (ESAF, s.d.).

Espera-se do meio acadêmico, e de seus profissionais, o seu papel de formador de cidadãos críticos, participativos e reflexivos. Uma academia que forme para a sociedade, ampli-

ando a percepção de mundo de seus alunos, inserindo-os em ações concretas de cidadania e vida pública. Cidadãos que cumpram os seus deveres para com a sociedade, e como agentes sociais, exerçam os seus direitos, inclusive de fiscalizar a gestão pública. Ainda segundo a Escola de Administração Fazendária,

É imprescindível que o cidadão compreenda o papel do Estado, seu financiamento e sua função social, o que lhe proporcionará o domínio dos instrumentos de participação popular e controle do gasto público (ESAF, s.d.)

Entendemos que é preciso que a população se mobilize novamente. Não somente os sobreviventes de 2011, mas os demais cidadãos. A sociedade civil sabe o poder que tem, mas precisa ser lembrada a cada momento de tal poder. Manter viva a memória dos eventos de janeiro de 2011 é uma forma de contribuir no resgate da cidadania, do respeito e da autoestima destas pessoas. Da mesma forma, é também a possibilidade de participar da cobrança por atitudes dos órgãos competentes, em prol da solução imediata do problema. Esta é mais uma contribuição solidária, para quem tanto tem precisado. E acima de tudo, um exercício de cidadania.

A SITUAÇÃO DOS ATINGIDOS SOBREVIVENTES

Localizado à altura do km 80 da rodovia BR 116, em uma fazenda desapropriada pelo governo estadual, o conjunto habitacional Fazenda Ermitage dispõe de 1.600 apartamentos, que foram entregues em 15 de junho de 2017. Estranhamente, em um feriado nacional, prolongado, e em meio a controvérsias jurídicas entre o Ministério Público, a Caixa Econômica, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e a concessionária que administra a rodovia.

O condomínio conta com oitenta blocos com vinte apartamentos cada, e estava pronto desde agosto de 2014, quando parte deles foi sorteada, numa ação midiática dos governos estadual e federal, por ocasião da campanha eleitoral daquele ano.

Soma-se a isto o fato de que, entre os anos de 2014 e 2017, por decisão judicial, as unidades só poderiam ser entregues após a construção de um viaduto em frente ao empreendimento, que, segundo estudos, resultaria

em maior segurança para motoristas e pedestres na região.

Conforme dados apurados pela CDDHC/ALERJ em 2014, a população de atingidos é sabedora do abandono e exclusão a que vem sendo submetida desde o evento. Entre diversos fatores, os entrevistados reclamaram da ausência de acompanhamento de saúde e assistência social em uma realidade pós-traumática como a que ainda vivem. As perdas materiais e humanas deixaram indeléveis marcas, além de sequelas físicas não acompanhadas devidamente pelos governos. Além disso, no que se refere às questões estruturais, o relatório aponta que

Não foram construídas unidades habitacionais para atender a população. As obras de contenção e infraestrutura não refletem a necessidade de intervenção para liberação das áreas para reocupação urbana. Regiões e casas que foram interditadas há mais de três anos não sofreram quaisquer obras de redução de riscos. Com isso, imóveis em boas condições de moradia foram depredados, e proprietários não conseguem acessar os benefícios do aluguel social ou indenização em razão dos laudos emitidos não terem sido feitos por profissionais e não expressarem a realidade. Ademais, muitos destes casos ocorreram com pessoas que não se enquadraram no perfil de baixa renda e, portanto, estão impedidas de obterem uma unidade habitacional (CDDHC, 2014; p. 15).

Com relação ao benefício Aluguel Social, a situação se tornou ainda mais dramática. Foram constantes os atrasos por parte do governo estadual, chegando até a dois meses de espera por parte dos beneficiários. Desta situação, resultaram muitos despejos e/ou precarização da condição de vida destas pessoas. Segundo as vítimas sobreviventes Sr. L e Sras. R e S, para evitar o despejo, eles tiveram que conseguir cestas básicas em igrejas e associações, pois pagaram seus aluguéis com recursos destinados ao sustento mensal.

Da mesma forma, Sr. R nos relatou que, ao longo destes mais de seis anos, foi despejado duas vezes, e que teve dificuldade de encarar os filhos por vergonha da situação. Isto não difere de tantos outros que moravam de favor em casas de parentes. Outra situação que nos chamou atenção foi o momento político eleitoral vivido recentemente. Um determinado candidato, morador e negociante de uma das áreas atingidas, não se apresentou como represen-

tante político das vítimas. No entanto, conseguiu ser eleito com uma significativa margem de votos. A fala comum de boa parte dos membros do grupo é que deposita na ação parlamentar deste vereador, uma irrestrita confiança, na resolução de seus problemas.

O final do ano de 2016 marcou uma verdadeira “virada” na situação das vítimas sobreviventes da tragédia. Sentindo-se “cansados e abandonados”, segundo Sra. M.J., um grupo de trinta famílias das vítimas se organizou e acampou no terreno existente entre o portão do condomínio e a rodovia. Entre os dias 01 e 08 de novembro, as famílias se revezaram em acampamento improvisado, expondo a crítica situação em que viviam. Com faixas que se desmancharam com a intensa chuva, em meio ao frio e à lama, sobreviveram mais uma vez denunciando os constantes atrasos do crédito do aluguel social, bem como da entrega definitiva dos imóveis.

O acampamento representou uma mudança de rumos no processo. Nos meses anteriores, diversas reuniões entre representantes do Ministério Público, Caixa Econômica Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Consórcio Rio-Teresópolis (CRT) e AVIT, resultavam sempre no mesmo imbróglio: sem a construção do viaduto, os apartamentos não seriam entregues. O Grupo que acompanhamos destaca que a associação das vítimas não promovia ações mais contundentes que pudessem pressionar as autoridades. Corroborando com esta afirmação o fato de que o acampamento foi um ato organizado e realizado à revelia da Associação.

Com a crítica situação exposta em mídia nacional e internacional, não restou ao governo estadual outra atitude que não a agilização, mesmo que tardia, da entrega dos imóveis. Para tanto, delegou ao INEA a responsabilidade de encaminhar a logística da entrega dos imóveis. A atuação do INEA teve início em janeiro de 2017.

Sob o comando do secretário André Correa, o INEA levou exatos seis meses para concluir as obras, realizar novos sorteios de unidades e entregar os imóveis. A entrega dos apartamentos, no entanto, foi um fato envolto em certa suspeição, pois, contrariando as expectativas, os apartamentos foram entregues sem nenhuma ação midiática.

O grupo que acompanhamos havia marcado um pequeno protesto para o dia 10 de junho. Neste dia, o objetivo era denunciar possíveis irregularidades nos sorteios, além do atraso de quase dois meses dos depósitos do Aluguel Social. A associação e o INEA condenaram a iniciativa e surgiu, na cidade, a notícia que o protesto seria uma tentativa de “invasão” aos apartamentos. Corroborada com esta notícia a presença de forte aparato de polícia no protesto que, no entanto, foi absolutamente pacífico e ordeiro. Assim, a ideia de uma suposta invasão continuou sendo alimentada e serviu de mote para o desenrolar dos fatos. Todas as famílias sorteadas foram convocadas a comparecer ao Condomínio Fazenda Ermitage, munidas de documentos pessoais e os contratos assinados junto à Caixa Econômica Federal, no dia 15 de junho, feriado nacional religioso de Corpus Christie. Os apartamentos estavam prontos, faltando apenas alguns detalhes pontuais. A estrada não apresentava o menor indício de que receberia algum tipo de obra. No entanto, apenas com a presença do Secretário, funcionários do INEA e a associação das vítimas, as chaves dos apartamentos foram entregues e as ocupações autorizadas.

O sentimento generalizado no momento variava entre um misto de incontida alegria, euforia, mas uma certa desconfiança. Afinal de contas, todos os impedimentos diziam respeito à necessidade de realização de obras na rodovia. Apesar de ter sido construída uma passagem subterrânea para pedestres, o Ministério Público Estadual não abria mão das obras de segurança na rodovia. E como o feriado era em uma quinta-feira, com recesso no dia seguinte, sexta-feira, todos os órgãos públicos envolvidos, exceto o INEA que se fazia presente, somente voltariam à atividade na segunda-feira, ou seja, quatro dias depois da entrega. Esta constatação levou a uma ocupação desordenada do condomínio ao longo do final de semana, uma vez que a própria estrutura de funcionamento e gestão ainda não estavam definidas.

Apesar da imprecisão dos números, quase seis meses depois da entrega das chaves, muitas coisas já encontraram seu funcionamento, como a administração condominial, a implantação de linhas de ônibus no interior do

condomínio e a colocação de redutores de velocidade na estrada. Mas para muitas pessoas, a tragédia ainda não se resolveu. Como já abordamos, um impreciso número de famílias ainda não foi contemplado nos sorteios, e a análise dos seus casos continua de forma lenta e angustiante. Para estas, o aluguel social se faz de extrema importância.

A REALIZAÇÃO DO PROJETO

Inicialmente, realizamos o que chamamos de “Etapa 1” – contato com os atingidos sobreviventes. Esta seria a mais difícil e trabalhosa etapa, uma vez que não conhecíamos nenhum dos membros deste grupo. Em nossa instituição, trabalham e estudam inúmeras pessoas atingidas pelo evento, e é evidente que estão sendo convidadas a participar do projeto. Mas entendemos que num primeiro momento, como são pessoas já inseridas neste meio, poderia haver algum sentimento de “obrigatoriedade” em aderir, o que faria do trabalho algo “interno”, que fugiria a um de seus propósitos, que é exatamente levar a academia até a sociedade. Assim, fomos procurar as pessoas, exatamente onde elas estariam, ou seja, no meio do povo. O primeiro contato se deu no dia 06 de julho, por ocasião do aniversário da cidade. Sem contar com o apoio da associação, foram também desprezados pelas autoridades. Mas foi deste desprezo que nasceu o lema do grupo. Na ocasião, o prefeito da cidade teria dito não se importar com o protesto, pois seria apenas uma “meia dúzia”. A indignação resultante gerou o lema “Somos mais que meia dúzia!”, frase símbolo da luta destas pessoas.



Foto 1: Protesto em 06 de julho de 2016. Acervo Pessoal do Autor

A partir daquele dia, estreitamos os laços com algumas das espontâneas lideranças do grupo que ora se organizava. Além de nós, alguns educadores da diretoria do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEPE/RJ, de sua base em Teresópolis, também abraçaram a causa. Junto deles, também alguns militantes de movimentos sociais, em particular a União dos Estudantes de Teresópolis – UET. Assim, foram formados grupos em Redes Sociais e serviços de mensagens instantâneas por telefone, para facilitar a comunicação, e organizar as ações.

Nos eventos seguintes, estivemos presentes em diversas ocasiões. Os atingidos estiveram junto aos professores em greve, em protestos por ocasião das olimpíadas, como a chegada da Seleção Brasileira de Futebol, em sua sede na Granja Comary, bem como na passagem da tocha olímpica pela cidade, e na abertura dos jogos. Com uma faixa em inglês que dizia “We don’t want a torch. We want our homes!” (“Nós não queremos uma tocha. Nós queremos nossas casas!”), o grupo pretendeu chamar atenção da imprensa estrangeira para a situação em que se encontrava.

Da mesma forma, participamos do “Grito dos Excluídos” no dia 07 de setembro, um grande movimento nacional organizado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, em defesa dos excluídos, marginalizados e pobres do país. Para este evento, contamos com duas panfletagens preparatórias para um grande ato que resultou no fechamento da estrada BR 116, na entrada da cidade. Chama atenção, neste evento, o grau de organização, principalmente por influência da diretoria do SEPE, que fez com que, além da produção e distribuição dos panfletos, dois ofícios fossem entregues à Polícia Militar e à Polícia Rodoviária. A primeira garantiu a segurança do evento, enquanto a segunda proporcionou o fechamento da estrada em sistema de “pare/siga”. A presença destas duas forças garantiu legalidade ao ato, que já tinha sua legitimidade indiscutível.



Foto 2: Protesto em 07 de setembro de 2016. Acervo pessoal do autor

No dia 30 de setembro, último dia de campanha eleitoral, o grupo voltou às ruas para denunciar que nenhum dos candidatos à prefeitura, nem os principais candidatos a vereador, defendiam essa causa. Durante o ato, foi feita panfletagem convidando a população para uma manifestação em frente aos prédios na Fazenda Ermitage. O ato contou com pelo menos 15 pessoas, além de dois professores. Em que pese o reduzido número de pessoas, o que nos chama atenção foi a presença de pessoas que até então não haviam se juntado ao movimento, inclusive com oferta de locais para encontro nos bairros atingidos.

Nova manifestação ocorreu no dia 31 de outubro, quando um significativo grupo de manifestantes se dirigiu à prefeitura municipal, que foi ocupada sob a exigência de uma audiência com o prefeito. Após tensas conversações, representantes foram recebidos pelo chefe do gabinete. Aquilo que parecia infrutífero, pois a alegação era de que o “problema” era federal e estadual, resultou num acirrar de ânimos que se desdobrou na ação seguinte: acampar em frente ao Condomínio Ermitage, como já mencionado.



Foto 3: Acampamento. 02 – 08 de novembro de 2016.
Acervo pessoal do autor

Com relação ao acampamento, foi montada uma grande logística no intuito de garantir alimentação e segurança para aqueles que puderam acampar. Um determinado grupo se concentrou na coleta de donativos e contatos com a mídia. Por intermédio deste, foram realizados contatos com veículos de comunicação de abrangência nacional, que prontamente fizeram a cobertura da atividade². Durando oito dias, o acampamento alterou o desequilíbrio de forças que se havia estabelecido, dando agilidade para a entrega dos imóveis. Além das ações de maior vulto, estivemos juntos em protestos na porta do Ministério Público, Audiências Públicas com parlamentares estaduais, em algumas vistorias convocadas pelo INEA, e principalmente na entrega das chaves.

Uma situação que muito nos chamou atenção, e proporcionalmente causou-nos preocupação, diz respeito à desmobilização do grupo ao longo do primeiro semestre do ano de 2017. Desde que assumiu a finalização das obras até a entrega dos imóveis, o INEA veio reiteradamente apelando para a não realização de quaisquer atos de protestos. Segundo esta lógica, ações na justiça cobrando a entrega dos apartamentos e/ou protestos públicos “poderiam representar obstáculos na conclusão dos trâmites para a finalização das obras e entrega dos apartamentos”, segundo nos afirmou a Sra. X, uma das diretoras da associação. Entendemos, então, que se forjou um consenso imobilizador no grupo, que acabou por se dividir e enfraquecer. Este consenso se baseia, segundo nosso entendimento, na crença de muitos de que somente a ação do INEA, na figura do seu secretário, poderia resolver a situação. Ocorre que, desta forma, ante a cada sinalização de passo dado em direção ao desfecho desejado,

muitas pessoas se resignavam diante de tanta demora (seis anos), e aceitavam o fato de que era melhor, nas palavras do Sr. S, “esperar e confiar”.

Mas, aceitação, aqui, não significa submissão passiva e resignação ou ilusão de uma ordem ideal. Uma classe subalterna pode aceitar determinada ordem social, mesmo vendo-a injusta. Porém, ao considerá-la eterna, impossível de mudar, adquire a confiança de que poderá melhorar sua posição, conquistar reformas (GORDERER, 1988).

Percebemos, assim, que a desmobilização do grupo se deu por medo. O governo estadual, que durante seis anos foi identificado como o grande causador das dificuldades em que se encontravam, tornou-se, na figura do INEA, de seu secretário, e do seu staff, o responsável “heroico, justo, leal e digno de confiança”, nas palavras da mesma Sra. X, da direção da associação.

Para muitas pessoas, o consenso em torno da credibilidade do INEA substituiu a desconfiança. Este “engessamento” também distanciou as pessoas, e nossos contatos se resumiram a um número diminuto de vítimas. No entanto, a solidez de algumas relações mostrou-se profícua, e tem sido possível se manter um diálogo até mesmo de formação política e de cidadania. Assim, aquilo que consideramos como mais importante até aqui, a despeito da própria realização do Projeto de Extensão, é que já conseguimos estabelecer uma relação de confiança com este grupo.

Em abril de 2017, iniciamos a Etapa 2 do projeto, que se refere à produção do registro de memória das vítimas sobreviventes, com a realização da primeira oficina de pintura. Neste encontro, tivemos a participação de nove pessoas, sendo que três delas são alunas da instituição. Consideramos significativo o número de vítimas, tendo em vista a relação medo versus consenso acima descrito. Os participantes que não são alunos da instituição possuem uma formação muito elementar, e inicialmente enxergaram na possibilidade de produzirem pinturas, algo muito distante e inatingível. Desta feita, foram apresentados a diversos estilos de pinturas, de variados artistas. Dos traços mais complexos aos mais simples, trabalhamos também com o consenso de que o mais importante na obra é a expressão dos sentimentos dos artistas.



Foto 3: Oficina de Pintura. 12 de agosto de 2017. Acervo pessoal do autor.

Nos meses de maio e agosto deste ano, realizamos mais duas oficinas. O número de participantes decaiu, mas a vontade de expressar sua memória vem falando mais alto. Prova disso é o retorno de duas vítimas sobreviventes, que resolveram fazer suas pinturas em formato “tríptico”³. Neste caso, criaram um conjunto contendo a moradia antes do evento, a noite da tragédia e a situação resultante dos escorregamentos e das mortes.

Em outubro de 2017, entramos na Etapa 3, que significa a transformação das obras de arte em exposição. Foram realizados contatos e firmadas parcerias com empresas que, em troca de subsídios (revelação e ampliação de fotografias a preço de custo e fornecimento de anteparos para molduras), estamparam suas marcas em material de apresentação/divulgação.

O lançamento da exposição ocorreu no mês de novembro, em evento interno da instituição, particularmente do Curso de Graduação em Pedagogia.



Foto 4. Exposição interna. 30 de novembro de 2017. Acervo pessoal do autor

Atualmente, estamos nos preparativos para o lançamento externo da exposição no dia 12 de janeiro, quando a tragédia completa sete anos. A marcação desta data atende aos apelos de alguns dos participantes e contempla, também, a possibilidade de ampliação deste número, a partir da realização de mais uma oficina e produção de material na primeira semana do mês. Pretendemos, depois, dar um caráter itinerante à mesma, levando não só para o Condomínio Fazenda Ermitage, como também para os bairros atingidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vítimas sobreviventes da maior tragédia natural da história do país costumam dizer que seus sofrimentos duraram mais de seis anos. Para um significativo número destes, a tragédia ainda continua. Continua em suas memórias de uma noite de terror, perdas e morte, e os subsequentes atos de humilhação aos quais foram submetidos, como descaso das autoridades, desde as primeiras horas, até a presente data. Suas memórias estarão expostas nas ruas da cidade como forma de denúncia. É evidente que não se pode culpar a ninguém pela chuva daquela fatídica noite. Mas a ocupação desordenada da cidade, com terrenos legalizados em solo instáveis, os gravíssimos escândalos de desvios de recursos destinados à recuperação da cidade, e o longo e angustiante descaso quanto ao pagamento do aluguel social e à entrega dos apartamentos, estas coisas sim possuem identificáveis culpados.

Corroborando com esta percepção, as conclusões do Relatório Região Serrana da CDDHC,

Fica claro que os investimentos realizados, segundo material apresentado pelo MPF na audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, não se reverteram em benefícios concretos para a população mais atingida pelas chuvas e vulnerável a novos eventos. No “Mapa de Ameaças Naturais” lançado em julho de 2014, produzido pela Defesa Civil do Estado, aponta que 3000 famílias estão vivendo em áreas sujeitas a deslizamento. O planejamento mínimo por parte das prefeituras e a atuação responsável do Estado seria fundamental para que os recursos, de fato, se revertessem em benefícios reais para a Região Serrana. Infelizmente, ainda não podemos tirar essa conclusão (CDDHC, 2014; p. 21).

Compreende-se, então, que todos temos muito o que aprender com os fatídicos acontecimentos de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro. Primeiro porque o evento se repetiu no ano seguinte, numa escala menor. Mas atualmente ainda existem atingidos recebendo aluguél social, sem ter, até a presente data, nenhum indício de solução material de sua situação. Segundo, porque a despeito das perdas humanas e materiais, escândalos de corrupção, desvios e/ou mau uso de verbas públicas, e ações eleitoreiras ainda se naturalizam no meio político, nas esferas municipais, estaduais e à nível federal. Terceiro, porque a falta de opção dos menos favorecidos, e a especulação imobiliária que contempla os mais favorecidos, fazem com que ainda ocorra a ocupação de encostas, terrenos instáveis e leitos de riachos. Parece-nos que ainda estamos longe de ações preventivas conscientes e honestas com o meio ambiente e o homem.

A academia, no entanto, deve cumprir seu papel de servir, antes de tudo, à sociedade. Esta é uma das formas que encontramos, nos comprometendo também como cidadãos com esta situação, que nos atinge a todos. Direta ou indiretamente, todos somos vítimas de uma mesma e maior tragédia, que não se traduz apenas em chuva, pedra e lama, mas na viciada estrutura de descaso e corrupção que nos atinge a todos.

¹Ao longo deste trabalho, utilizaremos trechos de depoimentos de algumas das vítimas que acompanhamos. No entanto, atendendo a pedidos, seus nomes serão preservados.

²Ver: <http://q1.globo.com/rj/regiao-serrana/rjintertv-edicao/videos/v/apos-decisao-judicial-moradores-acampados-deixam-condominio-ermitage-em-teresopolis/5439793/>

³Modelo de quadro dividido em três segmentos, retratando normalmente uma grande cena.

REFERÊNCIAS

<http://www.avit.org.br/institucional/> (acessado em 04/10/2016)

<http://www.consocial.cgu.gov.br/> (acessado em 20/06/2016)

<http://www.cgu.gov.br/> (acessado em 20/06/2016)

<http://www.esaf.fazenda.gov.br/> (acessado em 20/06/2016)

<http://www.gazetadopovo.com.br/chuvadevastadora/> (acessado em 20/06/2016)

<http://odia.ig.com.br/odiaestado/2014-10-30/obra-para-atender-desabrigados-da-serran-avanca.html/> (acessado em 04/10/2016)

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/> (acessado em 20/06/2016)

<http://www.rj.gov.br/web/seasdh> (acessado em 20/06/2016)

<http://www.tce.rj.gov.br/> (acessado em 20/06/2016)

[http://www.teresopolis.com.br/t1/3/utilidade-publica/enchente-2011/andamento-e-desapropriacao-da-fazenda-ermitage.html/](http://www.teresopolis.com.br/t1/3/utilidade-publica/enchente-2011/andamento-e-desapropriacao-da-fazenda-ermitage.html?q=/utilidade-publica/enchente-2011/andamento-e-desapropriacao-da-fazenda-ermitage.html/) (acessado em 20/06/2016)

Mega desastre da Serra - Jan 2011. Disponível em: <http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/13-regio-serrana> (acessado em 07/08/2017)

Relatório Região Serrana - A tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro três anos depois: direito à moradia adequada. Disponível em: <http://www.cddh.org.br/p/comissao-cddh-da-alerj-divulga-relatorio-sobre-areas-afetadas-pelas-chuvas-na-regiao-serrana-do-rio-de-janeiro>. (acessado em 07/08/2017)

BALTAZAR, A. H. L. Direito Tributário e Controle Social. Disponível em <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/> (acessado em 20/06/2016)

GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 52-66, dezembro 1988. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40141988000300004&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em 09 de agosto de 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000300004>.

GRZYBOVSKII, D. HAHN, T. G. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. Rev. Adm. Pública vol.40 no.5 Rio de Janeiro Sept./Oct. 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000500005>. (acessado em 20/06/2016))

SAUTHIER, Helio Ricardo; SANTOS, Zelo Martins; DORIA, Lílian Maria Fleury, Resgate da Memória: construindo a trajetória histórica

do Bacharelado em Artes Cênicas da FAP. In: O Mosaico/FAP, Curitiba, n.1, p.1-14, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br> (acessado em 20/06/2016)

Contato:

Nome: Ronaldo Sávio Paes Alves
e-mail: rspalves@yahoo.com.br

Apoio financeiro: PIEx – Plano de Incentivo à Extensão do Unifeso